



TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para o fornecimento de ração seca e ração úmida, **ambas da categoria super premium**, destinadas à alimentação dos cães do Grupamento de Operações com Cães (G.O.C.) da Guarda Civil Municipal, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos.

1.2	Requisitante:	Subsecretaria de Guarda Municipal – SESOP
1.3	Fundamentação legal:	Lei nº 14.133/2021, art. 75, II
1.4	Período:	12 (doze) meses iniciais, com possibilidade de prorrogação, por interesse da Administração, até o limite legal autorizado para contratos de natureza continuada, conforme art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
1.5	Tipo:	Aquisição por dispensa de licitação, com fornecimento fracionado e critério de julgamento pelo menor preço por item.
1.6	Regime de fornecimento:	Fornecimento fracionado, mediante entregas periódicas ao longo da vigência contratual.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

2.1. Aquisição de ração seca e ração úmida, **ambas categorias super premium**, destinadas à alimentação dos cães do Grupamento de Operações com Cães (G.O.C.) da Guarda Civil Municipal, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Ração seca categoria super premium, destinada a cães adultos com peso entre 20 e 40 kg e idade superior a 15 meses, acondicionada em embalagens de no mínimo 10 kg, própria para atender às necessidades nutricionais de cães operacionais do Grupamento de Operações com Cães (G.O.C.). O produto deverá possuir níveis mínimos de garantia compatíveis com alimentação de alto desempenho, contendo no mínimo 26% de proteína bruta, 16% de extrato etéreo (gorduras), energia metabolizável igual ou superior a 4.000 kcal/kg, matéria fibrosa máxima de 4%, além de apresentar fontes de proteína de origem animal declaradas em sua composição. A ração deverá atender aos requisitos nutricionais mínimos estabelecidos por entidade técnica reconhecida para manutenção de cães adultos, como AAFCO ou FEDIAF. Recomenda-se que	311057	KG	432



	contenha prebióticos, antioxidantes e componentes funcionais de suporte articular, tais como condroitina e glucosamina, características estas consideradas desejáveis, porém não eliminatórias, a fim de garantir competitividade e viabilidade da contratação.			
02	Ração úmida categoria super premium, destinada a cães adultos de trabalho, acondicionada em sachês de 100 g, com predominância de ingredientes de origem animal, alta digestibilidade, isenta de corantes artificiais, contendo prebióticos e formulação adequada ao aporte hídrico e nutricional complementar dos cães operacionais. O produto deverá possuir registro no MAPA, atender a padrões nutricionais compatíveis com cães adultos e apresentar integridade total das embalagens, com validade mínima exigida no ato da entrega.	454123	und	180
Obs. 1: A tabela poderá ser ajustada pela Administração, conforme necessidade, mediante justificativa técnica.				
Obs. 2: O fornecimento será fracionado, mediante entregas periódicas ao longo da vigência contratual, por se tratar de insumo alimentar perecível, consumido de forma contínua, cuja aquisição integral em lote único geraria risco de perda, deterioração ou inadequação do armazenamento. A justificativa de parcelamento consta no Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com o art. 18, §1º, VIII da Lei nº 14.133/2021.				
Obs. 3: Os valores serão incluídos em anexo próprio após conclusão da pesquisa de preços realizada pelo setor competente.				

- 2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Municipal nº 1.746/2022, pois trata-se de item de alimentação essencial para cães de trabalho, cuja categoria “super premium” não representa sofisticação indevida, mas sim necessidade técnica decorrente das exigências metabólicas, musculares e articulares de animais empregados em operações de segurança pública. Nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, a aquisição atende ao critério de qualidade comum, sendo vedados artigos de luxo, e a escolha da categoria nutricional decorre exclusivamente da função operacional desempenhada pelos cães do G.O.C.
- 2.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite permitido pela legislação, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a manutenção das condições vantajosas e o interesse público.
- 2.3.1 O fornecimento enquadra-se como contínuo, nos termos do art. 6º, XV da Lei nº 14.133/2021, pois trata-se de insumo essencial, de demanda permanente, necessário à manutenção das atividades operacionais do Grupamento de Operações com Cães. Os cães requerem alimentação diária, sem



interrupção, sendo mais vantajosa a vigência plurianual, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

- 3.1. A fundamentação da contratação, bem como a justificativa dos quantitativos estimados referentes à ração seca e ração úmida super premium, encontra-se detalhada nos Estudos Técnicos Preliminares que acompanham este Termo de Referência como apêndice, em conformidade com o artigo 6º, inciso XXIII, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021, que determina que a descrição da necessidade considere os elementos constantes dos ETP ou, quando não for possível sua divulgação integral, o extrato das partes não sigilosas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

- 4.1. A solução adotada consiste na aquisição de ração seca e ração úmida, ambas classificadas como super premium, fornecidas de forma fracionada ao longo da vigência contratual, destinadas à alimentação dos cães adultos de trabalho do Grupamento de Operações com Cães. A ração seca atende às necessidades energéticas e estruturais dos cães operacionais, enquanto a ração úmida complementa a hidratação, facilita a administração de medicamentos e melhora a aceitação alimentar em períodos de maior desgaste físico.
- 4.2. A solução considera todo o ciclo de vida do objeto, desde a produção — que deve observar as normas sanitárias e a regulamentação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) — até o consumo e a destinação final das embalagens, priorizando materiais que permitam descarte ambientalmente adequado. O fornecimento fracionado reduz o risco de deterioração do produto, evita perdas por vencimento e melhora a gestão do estoque, assegurando o uso eficiente e sustentável dos recursos públicos. A especificação limita-se às características técnicas indispensáveis ao desempenho operacional dos cães do G.O.C., sem indicação de marcas, em conformidade com o art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

- 5.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos, considerados essenciais para o correto atendimento da demanda e extraídos dos Estudos Técnicos Preliminares:
- 5.1.1. A contratação deverá observar práticas de consumo responsável, evitando desperdícios e privilegiando produtos acondicionados em embalagens que permitam descarte ambientalmente adequado. As embalagens vazias deverão ser destinadas à coleta seletiva ou a outro meio ambientalmente correto disponível no Município. O fornecimento fracionado contribui para reduzir perdas por vencimento, melhorar o controle de estoque e minimizar impactos ambientais decorrentes do descarte de insumos deteriorados
- 5.1.2. Não haverá indicação de marcas ou modelos específicos, em respeito ao art. 41 da Lei nº 14.133/2021. A descrição do produto limitar-se-á às características técnicas indispensáveis, sendo vedadas especificações desnecessárias que restrinjam a competitividade. Caso haja menção eventual a marcas no processo, será exclusivamente como referência de qualidade, acompanhada das expressões "ou equivalente", "ou similar" ou "ou de melhor qualidade", conforme entendimento do TCU.



5.1.3. Considerando tratar-se de contratação direta por dispensa, não haverá exigência de apresentação de amostra, salvo se, no curso da contratação, a Administração entender necessária para confirmar conformidade técnica do produto oferecido. Se aplicada, a exigência será formalizada previamente e devidamente motivada, observando proporcionalidade e razoabilidade.

5.1.4. Não há, nesta contratação, vedação específica de marcas ou produtos, uma vez que não existe processo administrativo prévio que tenha concluído pela inadequação de marca ou fabricante, nos termos do art. 41, III, da Lei nº 14.133/2021. A vedação poderá ser aplicada futuramente caso, no curso da execução contratual, seja constatado desempenho inadequado.

5.1.5. Não será exigida carta de solidariedade do fabricante, por não se tratar de objeto que envolva complexidade técnica que justifique tal medida. A exigência seria desproporcional e potencialmente restritiva, motivo pelo qual é afastada nesta contratação.

- 5.2. Não será admitida subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual, por se tratar de fornecimento direto de bem específico cuja execução depende exclusivamente da empresa contratada.
- 5.3. Não será exigida garantia de execução contratual, considerando tratar-se de fornecimento de baixa complexidade, com entrega fracionada e risco reduzido para a Administração, conforme previsão dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

- 6.1. O fornecimento será realizado de forma fracionada, mediante entregas periódicas ao longo da vigência contratual, conforme necessidade da unidade requisitante e mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

5.1.1. Cronograma de entregas:

PARCELA	COMPOSIÇÃO DA ENTREGA	PRAZO
Entrega periódica	Volume solicitado pela unidade requisitante, conforme necessidade operacional do G.O.C.	Até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento

6.2. Caso não seja possível realizar a entrega no prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente, com antecedência mínima de 48 horas, apresentando justificativa para análise da Administração, ressalvados casos fortuitos ou de força maior.

6.3. As entregas de ração seca e ração úmida deverão ser realizadas na base do Grupamento de Operações com Cães da Guarda Municipal, situada em local indicado pela Subsecretaria de Guarda Municipal, devendo a contratada ajustar previamente a data e o horário com o responsável pelo recebimento.

6.4. Por se tratar de produtos perecíveis, a ração seca e a ração úmida deverão apresentar validade mínima de 12 (doze) meses ou, alternativamente, não inferior a dois terços da validade total indicada pelo fabricante.

6.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo responsável pela fiscalização contratual, exclusivamente para verificação inicial de integridade das embalagens, validade, quantidade e conformidade preliminar.



6.6. Os produtos, secos ou úmidos, poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, caso estejam em desacordo com as especificações deste Termo de Referência ou apresentem danos às embalagens, lacres violados, sinais de deterioração ou validade inferior ao mínimo exigido e a contratada deverá efetuar a substituição no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação da conformidade técnica e emissão de termo próprio.

6.7.1. Caso a Administração não conclua a verificação no prazo acima, considerar-se-á o material recebido definitivamente no dia do esgotamento do prazo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade do produto, à integridade das embalagens, à segurança alimentar animal e às demais obrigações contratuais previstas em lei.

7. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

7.1. Por se tratar de material de consumo perecível (ração seca super premium), não será exigida garantia contratual complementar, aplicando-se exclusivamente a garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor e demais normas aplicáveis.

7.2. O objeto não exige manutenção ou assistência técnica, uma vez que consiste em bem de consumo imediato, de natureza alimentar, cabendo à contratada apenas assegurar que o produto entregue esteja dentro do prazo de validade, em perfeitas condições de armazenamento, integridade e conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com a Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do art. 115.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente, mediante anotação por apostila, conforme art. 115, §5º, da Lei 14.133/2021.

8.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal designado pela autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe adotar as providências necessárias para assegurar a conformidade da execução.

8.3.1. O fiscal do contrato registrará, em sistema ou formulário próprio, todas as ocorrências relevantes verificadas durante a execução contratual e determinará à contratada as correções que se fizerem necessárias.

8.3.2. O fiscal deverá comunicar à chefia imediata, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência, conforme art. 117, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

8.4. A contratada será obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, quaisquer bens entregues em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, na forma do art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

8.5. A contratada será responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não sendo afastada essa responsabilidade pela atuação da fiscalização, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.



- 8.6. A contratada será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução contratual, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. As comunicações relacionadas à execução contratual serão realizadas por escrito, preferencialmente via e-mail institucional, admitindo-se outros meios que permitam registro e rastreabilidade.
- 8.8. A Administração poderá convocar representante da contratada sempre que necessário para esclarecimentos, adoção imediata de providências ou alinhamento operacional.
- 8.9. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial entre o fiscal e a contratada, para apresentação das rotinas de recebimento, conferência, armazenamento, padrões mínimos de aceitabilidade e procedimentos de substituição.
- 8.10. Antes de cada pagamento, será verificada a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, por meio do SICAF ou, quando aplicável, pela apresentação das certidões obrigatórias (CND, CRF e CNDT).
- 8.11. As rotinas de fiscalização incluirão, no mínimo:
 - a) verificação da validade do produto no ato da entrega;
 - b) conferência da integridade das embalagens e lacres;
 - c) conferência da quantidade entregue;
 - d) registro fotográfico de eventuais inconformidades;
 - e) acompanhamento do estoque para evitar perecimento e garantir o abastecimento contínuo dos cães do G.O.C.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, "h", da Lei nº 14.133/2021)

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, mediante escolha motivada da proposta mais vantajosa apurada na pesquisa de preços realizada pela Administração.
- 9.2. Antes da contratação, a Administração verificará a inexistência de impedimentos legais, mediante consulta aos seguintes cadastros:
 - a) SICAF ou equivalente utilizado pelo Município;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.
- 9.3. A verificação será feita em nome da empresa e de seu sócio majoritário, de acordo com o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.
- 9.4. Considerando tratar-se de dispensa com disputa e de objeto simples, não serão exigidos requisitos de habilitação técnica, por não se justificar, no caso concreto, a imposição de atestados de capacidade técnica para fornecimento de ração.
- 9.5. A habilitação da contratada será composta exclusivamente pelos documentos que comprovem:
 - a) habilitação jurídica conforme natureza societária da empresa;
 - b) regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e perante o FGTS;
 - c) cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição (não utilização de mão de obra infantil);
 - d) inscrição no CNPJ e inscrição estadual compatível com atividade de comércio de alimentos para animais.



e) habilitação econômico-financeira mínima, consistente na comprovação de inexistência de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou outro documento equivalente previsto no Aviso de Contratação Direta, observada a proporcionalidade ao valor e à natureza do objeto.

- 9.6. Todos os documentos deverão estar válidos e atualizados no momento da contratação, podendo ser apresentados eletronicamente.
- 9.7. Não serão aceitos documentos emitidos para CNPJ diverso, salvo hipóteses legalmente admitidas (ex.: FGTS centralizado pela matriz).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios consignados no Orçamento do Município, observada a disponibilidade financeira da Secretaria de Segurança e Ordem Pública.

10.1.1. A despesa será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: 59 - Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública / 003 – Guarda Municipal;

Fonte de Recursos: 172000000019;

Programa de Trabalho: 59003.0412200442.118;

Elemento de Despesa: 33.90.30.16;

10.2. Nos exercícios financeiros subsequentes, a continuidade da contratação dependerá da indicação da dotação orçamentária correspondente e da existência de créditos suficientes, os quais serão formalizados por meio de apostilamento, após aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual.

11. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

11.1 A liquidação da despesa será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, após a confirmação do cumprimento integral das obrigações previstas neste Termo de Referência, em conformidade com a Lei Complementar nº 172/2025 e demais normas municipais aplicáveis.

11.2. O pagamento será efetuado nos termos do Decreto Municipal nº 2.493/2023, condicionado à apresentação e validade das seguintes certidões:

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certidão Conjunta da Fazenda Federal (RFB/PGFN), abrangendo inclusive contribuições sociais;
- Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- Certidão da Procuradoria Geral do Estado relativa à Dívida Ativa Estadual;
- Certidão Municipal referente ao ISS e à Dívida Ativa Municipal;
- Certidão Estadual (CND/ICMS), quando aplicável.

11.3. A Nota Fiscal deverá conter os dados bancários completos da contratada (banco, agência e conta corrente), de modo a possibilitar o processamento do pagamento.

11.4. Havendo rejeição da Nota Fiscal por erro, divergência ou incorreção, o prazo para pagamento será reiniciado a partir da data de sua reapresentação devidamente regularizada.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A proposta comercial apresentada deverá conter a descrição completa dos produtos ofertados (ração seca e ração úmida super premium), seus valores unitários e totais, prazo de entrega e validade da proposta, permitindo a verificação de sua conformidade com este Termo de Referência.



12.2. O presente Termo de Referência foi elaborado pela subscritora, com apoio técnico da equipe responsável pelas demandas operacionais da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública, observados os critérios legais e as necessidades específicas do Grupamento de Operações com Cães.

Nova Friburgo/RJ, 27 de novembro de 2025.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> MAICON MULLER DIAS Mat.: 100471	<hr/> DOUGLAS BARROSO DE DEUS Mat.: 115148

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Eduardo Vaz Castelano
Secretario de Segurança e Ordem Pública
Matr.: 63.956